

03000.001822/2016-71



REC
000118

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Gabinete do Ministro
Esplanada dos Ministérios, Bloco 'K', 6º Andar
70040-906 - Brasília - DF
(61) 2020-4300 - se@planejamento.gov.br

Ofício nº 35680/2016-MP

Brasília, de de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RAIMUNDO LIRA**
Presidente da Comissão Especial do Impeachment
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 15 - Subsolo
Senado Federal
70.165-900 - BRASÍLIA - DF

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 81/2016 - CEI2016.**

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao Ofício em epígrafe, de 13 de junho de 2016, dessa procedência, no qual Vossa Excelência solicita "os relatórios detalhados da execução financeira referente a cada uma das ações orçamentárias contempladas nos decretos impugnados, com o fim de comprovar a efetiva aplicação dos recursos em obras de interesse público, assim como para as ações contempladas nos decretos editados em 2001 e 2009".

A esse respeito, encaminho a Vossa Excelência as informações consubstanciadas no Memorando nº 7542/2016-MP, de 17 de junho de 2016 e Memorando nº 7771/2016, de 21 de junho de 2016, ambos da Secretaria de Orçamento Federal desta Pasta, que trata do assunto em questão, cópias anexas.

Atenciosamente,

RECEBI O ORIGINAL
Em 21/06/2016, às 19:24 horas
Nº: 111
Márcia
Marcelo Assaife Lopes
Técnico Legislativo
M: 157895

DYOGO HENRIQUE DE OLIVEIRA
Ministro de Estado do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão, Interino



1993648



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516 bloco D, lote 8 - Acesso W3/W2 Norte
CEP 70770-524 - Brasília - DF
Fone: 2020-2220

Memorando nº 7542/2016-MP

**À Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,
Interino**

Brasília-DF, 17 de junho de 2016.

Senhor Ministro,

1. Refiro-me ao Ofício nº 81/2016 - CEI2016, de 13 de junho de 2016, recebido neste Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 14 de junho de 2016, que solicita informação no prazo imprerível de 05 dias sobre:

“ se o Tribunal de Contas da União, dentro da responsabilidade que lhe fora atribuída pelo art. 59, § 1º, inciso V, da LRF, comunicou oportunamente ao Ministério (em 2014, quanto a fatos de 2014; e em 2015, quanto a fatos de 2015) quaisquer indícios de irregularidades na gestão orçamentária, especialmente quanto à edição de decretos de abertura de crédito suplementar nos exercícios de 2014 e de 2015.

Outrossim, que aquele Ministério informe a esta Comissão se houve o mesmo tipo de comunicação pela Corte de Contas sobre (ii) a alegada presença de “operação de crédito” vedada na relação da União com bancos públicos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e com o FGTS, em assim, (iii) a existência de passivos da União em favor desses bancos públicos e do FGTS, mais especificamente no que tange ao Banco do Brasil relativos ao Plano Safra, o mesmo período, e (iv) a necessidade dos respectivos registros nas estatísticas fiscais a cargo do Banco Central.

Se sim, que o Ministério encaminhe a esta Comissão cópias das comunicações que recebeu e esclareça as eventuais medidas que adotou”

2. Esclareço, quanto ao primeiro questionamento, que trata de comunicação sobre indícios de irregularidades na gestão orçamentária, especialmente quanto à edição de decretos de abertura de crédito suplementar nos exercícios de 2014 e de 2015, que não houve, em qualquer exercício financeiro, alerta de órgãos de controle sobre a abertura de créditos adicionais, exceto em relação a 2014, o que ocorreu em 7 de outubro de 2015, com o advento do Acórdão nº 2461/2015-TCU - Plenário, conforme abaixo transcrito:

"5. alertar o Poder Executivo Federal, com fulcro no art. 59, §1º, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, acerca das irregularidades na gestão orçamentária da União durante o exercício de 2014, envolvendo a abertura de créditos suplementares, por meio dos Decretos Não Numerados 14028, 14029, 14041, 14042, 14060, 14062 e 14063, sem a observância do disposto nos arts. 4º da Lei 12.952/2014 e 167, inciso V, da Constituição Federal (item 8.8);"

3. No que tange ao segundo questionamento, em 9 de dezembro de 2015, o Tribunal de Contas, por meio do Acórdão TCU - Plenário nº 3297/2015, alterou a redação da determinação constante do item 9.4.1 do Acórdão TCU- Plenário nº 825/2015, de 15 de abril de 2015 (TC 021.643/2014-8), para incluir determinação a este Ministério, nos seguintes termos:

"9.3. alterar, de ofício, o Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, para:

9.3.1. em substituição ao seu item 9.4.1, determinar ao Ministério das Cidades, juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, quando da elaboração das propostas orçamentárias, façam consignar no orçamento fiscal e da seguridade social montante correspondente aos adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao Ministério das Cidades ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009, de modo a evidenciar que se trata de operações de crédito, em virtude do que determinam os arts. 3º da Lei 4.320/1964 e 32, § 1º, incisos I a V, da Lei Complementar 101/2000; e

9.3.2. informar que a determinação referente ao subitem anterior deve ser observada já a partir da proposta orçamentária a ser encaminhada no ano de 2016 (exercício de 2017), bem como na aprovação de créditos adicionais referentes ao exercício de 2016;"

4. Por fim, ressalto não ter havido comunicação do TCU a esta Secretaria acerca dos itens (iii) *a existência de passivos da União em favor desses bancos públicos e do FGTS, mais especificamente no que tange ao Banco do Brasil relativos ao Plano Safra, no mesmo período e* (iv) *a necessidade dos respectivos registros nas estatísticas fiscais a cargo do Banco Central.*

Respeitosamente,

GEORGE SOARES

Secretário de Orçamento Federal

Documento assinado eletronicamente por **GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES, Secretário**, em 17/06/2016, às 15:46.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **1981626** e o
código CRC **6907EDBD**.



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
Secretaria de Orçamento Federal
SEPN 516 bloco D, lote 8 - Acesso W3/W2 Norte
CEP 70770-524 - Brasília - DF
Fone: 2020-2220

Memorando nº 7771/2016-MP

**À Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão,
Interino**

Brasília-DF, 21 de junho de 2016.

Senhor Ministro,

1. Refiro-me ao Ofício nº 81/2016 - CEI2016, de 13 de junho de 2016, recebido neste Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 14 de junho de 2016, que solicita informação no prazo impreterível de 05 dias sobre:

“ se o Tribunal de Contas da União, dentro da responsabilidade que lhe fora atribuída pelo art. 59, § 1º, inciso V, da LRF, comunicou oportunamente ao Ministério (em 2014, quanto a fatos de 2014; e em 2015, quanto a fatos de 2015) quaisquer indícios de irregularidades na gestão orçamentária, especialmente quanto à edição de decretos de abertura de crédito suplementar nos exercícios de 2014 e de 2015.

Outrossim, que aquele Ministério informe a esta Comissão se houve o mesmo tipo de comunicação pela Corte de Contas sobre (ii) a alegada presença de “operação de crédito” vedada na na relação da União com bancos públicos (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e com o FGTS, em assim, (iii) a existência de passivos da União em favor desses bancos públicos e do FGTS, mais especificamente no que tange ao Banco do Brasil relativos ao Plano Safra, o mesmo período, e (iv) a necessidade dos respectivos registros nas estatísticas fiscais a cargo do Banco Central.

Se sim, que o Ministério encaminhe a esta Comissão cópias das comunicações que recebeu e esclareça as eventuais medidas que adotou”

2. Em complemento ao parágrafo 4 do Memorando 7542/2016-MP, de 17/6/2016, no qual se ressaltou não ter havido comunicação do TCU a esta Secretaria, esclareço que quanto aos itens (iii) a existência de passivos da União em favor desses bancos públicos e do FGTS, mais especificamente no que tange ao Banco do Brasil relativos ao Plano Safra, no mesmo período e (iv) a necessidade dos respectivos registros nas estatísticas fiscais a cargo do Banco Central, ressalto que esses temas não são de competência do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, motivo pelo qual as discussões acerca de eventuais passivos da União junto aos bancos públicos e respectivos registros estatísticos foram objeto do Processo no TC 021.643/2014-8, que envolvia o Ministério da Fazenda, e resultou no Acórdão no 825/2015,

de 15 de abril de 2015, o qual trouxe determinações àquele Ministério.

3. Ainda em 2015, tal assunto, novamente, constou no Acórdão TCU- Plenário no 2461, de 7 de outubro de 2015, quando o TCU se manifestou sobre as Contas da Presidente da República relativa ao exercício de 2014.

4. No entanto, cumpre esclarecer que, especificamente ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em 9 dezembro de 2015, o Tribunal de Contas, por meio do Acórdão TCU - Plenário no 3297/2015, alterou a redação da determinação constante do item 9.4.1 do Acórdão TCU- Plenário no 825/2015, de 15 de abril de 2015 (TC 021.643/2014-8), para incluir a seguinte determinação a este Ministério:

"9.3. alterar, de ofício, o Acórdão 825/2015-TCU-Plenário, para:

9.3.1. em substituição ao seu item 9.4.1, determinar ao Ministério das Cidades, juntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, quando da elaboração das propostas orçamentárias, façam consignar no orçamento fiscal e da seguridade social montante correspondente aos adiantamentos concedidos pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ao Ministério das Cidades ao amparo do que dispõe o art. 82-A da Lei 11.977/2009, de modo a evidenciar que se trata de operações de crédito, em virtude do que determinam os arts. 3º da Lei 4.320/1964 e 32, § 1º, incisos I a V, da Lei Complementar 101/2000; e

9.3.2. informar que a determinação referente ao subitem anterior deve ser observada já a partir da proposta orçamentária a ser encaminhada no ano de 2016 (exercício de 2017), bem como na aprovação de créditos adicionais referentes ao exercício de 2016;"

Respeitosamente,

GEORGE SOARES
Secretário de Orçamento Federal



Documento assinado eletronicamente por **GEORGE ALBERTO DE AGUIAR SOARES, Secretário**, em 21/06/2016, às 18:17.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://seimp.planejamento.gov.br/conferir], informando o código verificador **2010507** e o código CRC **CDD09639**.